

# DIVERSIDADE COMO ACONTECIMENTO DISCURSIVO: NOTAS SOBRE O PLANO NACIONAL DE CULTURA (2010)

*Diego Barbosa da Silva*  
*Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Vanise G. de Medeiros*  
Doutorando

Nossa pesquisa de Doutorado, ainda em andamento, visa compreender o funcionamento do discurso da diversidade, isto é, do discurso a favor do outro, de cultura(s) outra(s), que se assenta na transparência do sentido de inclusão de todos os indivíduos e de todas as culturas. É esta evidência da diversidade que encontramos de forma regular nos manuais de Ciências Sociais e de Pedagogia, como algo positivo – como uma *visão boa e desejável* (KOTTACK, 2013; HAVILAND et alii, 2011) – e que marca a maioria das materialidades discursivas sobre o tema.

Como sabemos, os sentidos de evidência em que se assentam a diversidade cultural são fornecidos pelas formações discursivas (FD) que por sua vez atuam sobre os indivíduos interpelando-os em sujeito e determinando o que pode e deve ser dito. Tal inscrição na FD se dá por meio da memória discursiva ou interdiscurso, uma espécie de eixo vertical que reúne todos os dizeres já-ditos sobre o intradiscurso, o eixo das formulações (INDURSKY, 2003). Isso é possível, pois a memória discursiva é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2007 [1999], p. 31). Vale ressaltar que não falamos na memória individual e psicologista, mas na “memória social inscrita em práticas” (PÊCHEUX, 2007 [1990], p. 50).

Não se pode falar, então, na origem de um sentido, mas sim nos deslizamentos, em condições de produção sócio-históricas, de dizeres já-ditos, sentidos já-estabilizados, mas esquecidos. Dizeres ao serem formulados no fio do discurso, retornam por vezes como novos dizeres num efeito de evidência. É desse jogo entre interdiscurso e intradiscurso, entre memória e formulação que vem a noção de acontecimento de Pêcheux (2008 [1990], p. 17), como aquilo que está “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”.

Para Indursky (2003, p. 103):

encontro é onde o enunciado, proveniente na estrutura interdiscursiva, pelo viés da repetição, é inscrito na estrutura do discurso do sujeito, no intradiscurso. E nesse ponto de encontro de uma memória (o interdiscurso) com uma atualidade (o intradiscurso) instaura-se o efeito de memória: os sentidos são rememorados, atualizados, re-significados.

No entanto, esse encontro entre uma memória e uma atualidade não se daria de forma tranquila, mas sim em confronto. Nesse “jogo de força, sob o choque do acontecimento” (PÊCHEUX, 2007 [1990], p. 53) haveria uma força que tenta manter os sentidos estabilizados e outra oposta que tenta provocar deslocamentos e até a rupturas desses sentidos:

- um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como ‘boa forma’, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo;
- mas também, ao contrário, o jogo de força de uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede dos ‘implícitos’ (PÊCHEUX, 2007 [1990], p. 53).

Isso se dá justamente porque a contradição é constitutiva de todo processo discursivo.

Como consequência desse jogo de força, Pêcheux apresenta três possibilidades de funcionamento do acontecimento. Sob a força que tenta manter os sentidos: (1) “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever e (2) o

acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido” (PÊCHEUX, 2007 [1990], p. 50). E sob a força oposta que mesmo na tentativa de absorção provoca uma interrupção podendo (3) “desmanchar essa regularização e produzir retrospectivamente uma outra série que não estava, enquanto tal, e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior” (PÊCHEUX, 2007 [1990], p.52).

Vale frisar que essa ruptura não produziria o esquecimento, ela apenas fundaria outra discursividade, restabelecendo redes de sentido, ressignificando a memória.

Quando um acontecimento discursivo sucede, instaura-se uma relação tensa tanto com a memória (que tenta inscrevê-lo na ordem da repetibilidade, tal como vimos nos parágrafos que precedem) quanto com o discurso novo, inaugural, que rompe com a ordem da repetibilidade, construindo um novo sentido possível para o enunciado. Ou seja: um acontecimento discursivo rompe com a inscrição na ordem da repetibilidade, mas não tem como apagar a memória, a ressonância do sentido-outro. Dito de outra forma: um acontecimento discursivo rompe com a ordem do repetível, instaurando um novo sentido, mas não consegue produzir o “esquecimento” do sentido-outro, que o precede (INDURSKY, 2003, p. 107).

Se a FD controla o que pode e deve ser dito, a ideologia controla, ou pelo menos tenta controlar, o que pode e deve ser feito. Entretanto, o acontecimento foge à regra, pois advém da contradição. Mas isso não se faz de fora do processo discursivo, afinal a ideologia é dialética. Todo acontecimento enquanto formulação, como consequência da contradição, visa abalar as redes de sentido. No entanto, nem sempre se consegue. A maioria acaba inscrita na FD dominante ou é capturada. E uma vez capturado, o acontecimento contribui para uma momentânea e aparente dispersão da contradição, para que mais adiante essa contradição retorne ainda mais presente. Até que novos acontecimentos surjam e produzam de fato uma ruptura nas redes de sentido para que uma formação discursiva outra assuma o papel de dominante na (re)produção de sentidos e de evidências. Se por um lado, a FD regula o dizer expondo a contradição, ao expô-la insere a ruptura como parte do processo discursivo.

Ao tomarmos a emergência do discurso da diversidade cultural como um acontecimento discursivo, nos questionamos se ele foi capturado pela FD dominante – dissimulando, inclusive na evidência dos sentidos essa própria captura – ou ainda, se produziu uma ruptura nas redes dominantes.

Para isso, analisamos o funcionamento do discurso da diversidade no primeiro Plano Nacional de Cultura do Brasil (Lei nº 12.343/2010). A opção pelo Brasil se daria pela facilidade do acesso aos documentos e por isso pela conseqüente capacidade de produzir algo mais relevante, mas sobretudo pela possibilidade de nossa pesquisa poder produzir reflexões e transformações na política cultural do país, ao desconstruir evidências sobre o que seja cultura e diversidade cultural.

Já a escolha do Plano Nacional de Cultura (PNC) – documento que visa planejar a política cultural do país, a nível tanto federal, quanto estadual e municipal, com duração de dez anos e que tornou-se obrigatório com a aprovação da emenda constitucional nº 48/2005 – como *corpus* de análise, deve-se, pois, para muitos pesquisadores de Estudos Culturais e para o próprio Governo Lula, o PNC se constitui num marco, rompendo com as “tristes tradições de ausência, autoritarismo e instabilidade” da política cultural brasileira (RUBIM, 2007). Além disso, foi o primeiro documento que versa sobre a diversidade elaborado, enquanto política cultural no Brasil, além de ser o primeiro no campo cultural que, em seus cinco anos de elaboração até ser aprovado pelo Congresso Nacional, contou com a participação de milhares de pessoas, dos mais variados grupos artísticos e culturais de todos os estados do Brasil e por isso poderia ser considerado um discurso da diversidade.

Buscamos, assim, questionar com nossa pesquisa: o que está em jogo e o que não está quando se diz diversidade cultural no Plano Nacional de Cultural? O que esses sentidos silenciam? Em quais posições discursivas residem o discurso da diversidade cultural? Em quais memórias poderia e deveria se ancorar o discurso da diversidade cultural no Plano Nacional de Cultural? Em quais formações discursivas esses dizeres da diversidade se inscrevem? E por fim, o discurso da diversidade cultural seria um acontecimento discursivo?

Observando nosso *corpus* de pesquisa, formado por sete versões do Plano Nacional de Cultura<sup>1</sup>, notamos a regularidade da denominação diversidade cultural, que nos chamou atenção. De acordo com Mariani (1998, p. 118),

a denominação, enquanto um modo de construção discursiva dos “referentes”, tem como característica a capacidade de condensar em um substantivo, ou em um conjunto parafrástico de sintagmas nominais e expressões, “os pontos de estabilização de processos” resultantes das relações de força entre formações discursivas em concorrência num mesmo campo (...) O processo de denominação não está na ordem da língua ou das coisas, mas organiza-se na ordem do discurso, o qual lembrando mais uma vez, consiste na relação entre o linguístico e o histórico-social, ou entre linguagem e exterioridade.

Dizer diversidade cultural no Plano Nacional de Cultura parece algo evidente. Entretanto, essa evidência de que, o PNC deveria tratar da diversidade cultural, que por sua vez deveria se referir a uma variedade de culturas se torna menos transparente quando analisamos o percurso para a sua elaboração, tendo a possibilidade de observar o silenciamento de uma variedade de vozes nesse processo. Durante a 1ª Conferência Nacional de Cultura, que reuniu, em 2005, 53 mil pessoas em todas as suas etapas, dos mais variados grupos artísticos e culturais do país, de quase todos os estados, com o objetivo de fornecer diretrizes para subsidiar a elaboração do PNC, foi aprovada a seguinte proposta no eixo “Cultura é cidadania e democracia”, elaborada pelos participantes do evento:

Proposta nº 4

Mapear e valorizar os mestres populares e ativistas culturais, para que possam atuar como multiplicadores, fortalecendo **as diversidades** (BRASIL. MINC, 2007, p. 456).

Quando dizemos, diversidades, no plural, não dizemos diversidade cultural apenas, mas todas as diversidades possíveis. No entanto, essa única ocorrência em todo

---

1 Tendo em vista que a elaboração do PNC contou com dezenas de milhares de pessoas seria impossível mapear todas as sugestões dadas ao texto. O que analisamos, assim, em nossa pesquisa, são versões publicadas pelo próprio MinC, durante os cinco anos de elaboração, de 2005, quando foi organizada a 1ª Conferência Nacional de Cultura até a aprovação do Plano pelo Congresso Nacional, em 2010, sob a Lei nº 12.343.

o nosso *corpus* de pesquisa<sup>2</sup> é apagada na primeira edição das diretrizes gerais elaboradas pelos técnicos do MinC.

Quando se apaga no PNC, a possibilidade da diversidade no plural, o que resta é a diversidade no singular, ou melhor apenas uma diversidade é possível de ser dita e de ser incluída naquela política. A contradição disso é que quando se diz diversidade, se busca incluir a todos, mas só é possível uma diversidade. Esse apagamento construído nas evidências de que o PNC só poderia tratar da diversidade cultural, apaga um conflito, um jogo de forças que se instaurou na elaboração do PNC, em que outras diversidades foram silenciadas, entre elas a diversidade sexual, como se pode notar analisando as versões do plano.

Além disso, durante as sete versões do Plano Nacional de Cultura analisadas, muitas vozes foram silenciadas, vozes que defendiam a inclusão de outras formas de diversidade e também a inclusão no fio do discurso de outros grupos e outras culturas tais como culturas ciganas, culturas dos imigrantes e culturas LGBT.

No entanto, tal processo de silenciamento e de apagamento é encoberto pelo discurso da democracia, em que uma maioria de participantes presentes nas conferências, nos seminários, nos encontros e no Conselho Nacional de Política Cultural, debateu e redigiu o PNC, tendo apenas o seu texto final adequado pelos técnicos do MinC.

Se o discurso da diversidade é um acontecimento que produz rupturas nas redes de sentido dominantes, ou pelo menos deslocamentos, ainda é cedo para afirmar com nossa pesquisa, mas o que temos observado é que o modo de dizer do MinC de que o processo de elaboração do PNC foi democrático, enquanto há o silenciamento de outras vozes e posições discursivas, nos parece mais uma forma de dissimular, afinal como nos diz Pêcheux (2009 [1975], p. 149) toda formação discursiva dissimula “na transparência do sentido que nela se forma (em qualquer das interpretações), a objetividade material contraditória do interdiscursivo”.

---

2 A denominação diversidade comparece no plural, em outro sentido, apenas quando se refere às regiões do país: diversidades regionais.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/112343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112343.htm)> Acesso em: 12 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. MINC (Ministério da Cultura do Brasil). 1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura (versão impressa). Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

HAVILAND, William; PRINS, Harald; WALRATH, Dana; McBRIDE, Bunny. *Princípios de Antropologia*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. In: *Organon* 35, v. 17, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em:  
<<http://www.seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/30020/18616>> Acesso em: 23 jan. 2012.

KOTTACK, Conrad Phillip. *Um espelho para a humanidade: uma introdução à Antropologia Cultural*. São Paulo: Editora Penso, 2013.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa*. Campinas: Unicamp, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007 [1999].

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre (org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2007 [1990].

\_\_\_\_\_. *Discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2008 [1990].

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso*. Campinas: Unicamp, 2009 [1975].

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. In: *Revista Galáxia*. São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007. Disponível em:  
<<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469>> Acesso em: 15 nov. 2014.